



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'C', Tipo 005

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões e preencher Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Trabalho infantil: prós e contras.

Darcy Ribeiro, um dos mais originais e polêmicos pensadores do Brasil, não admitiria a alternativa que está no título deste artigo. Para ele, trabalho não era opção para as crianças: só deveria haver a obrigatoriedade da escola, da boa escola, em período integral e com duas refeições diárias. Estava pensando em atender amplamente as necessidades dos meninos e meninas carentes – parcela significativa da infância brasileira. Mas enquanto o sonho de Darcy não se torna realidade, o debate continua.

A favor do trabalho infantil estão aqueles que, considerando a inviabilidade de qualquer outra solução imediata, preferem evitar o mal maior – o do abandono e da delinquência de nossas crianças –, contornando-o com a permissão oficial de integração do menor no mercado de trabalho. Regulamentados por lei o horário máximo e as condições mínimas de adequação ao universo da criança, as empresas seriam encorajadas a admitir, treinar e a ajudar a desenvolver os pequenos trabalhadores, facilitando-lhes, inclusive, o acesso a uma educação suplementar: cursos profissionalizantes, estágios, atualizações etc.

Contra o trabalho infantil alinham-se os que defendem tanto o encaminhamento obrigatório das crianças à escola como a interdição do aproveitamento delas em qualquer tipo de trabalho profissional, em qualquer caso. Ainda que a escola não venha a suprir a necessidade das refeições diárias completas, do uniforme doado e do banho tomado, ela representaria o compromisso mínimo da educação em meio período, do ambiente de socialização e da sempre oportuna merenda escolar. Caberiam aos pais, aos adultos, à sociedade em geral as providências para que se poupassem as crianças de qualquer outra atividade.

Ainda temos muito a caminhar: é olhar as ruas das grandes cidades para constatar que a realidade vem exibindo uma terceira – e a pior – via. A tragédia dos menores abandonados é de tal ordem que faz pensar na abrangência das propostas de Darcy Ribeiro, que são também, certamente, as mais justas. Rever, reexaminar, rediscutir suas propostas não é um retorno ao passado: é buscar atender as necessidades de um melhor futuro.

(Tarso de Cintra Meirelles, inédito)

1. A divergência entre os que admitem e os que não admitem o trabalho infantil está em que os primeiros, diferentemente dos segundos, acreditam que
 - (A) o acesso das crianças ao ensino formal e gratuito deve ser viabilizado a qualquer custo.
 - (B) o trabalho, como pretendia Darcy Ribeiro, só deve ser exercido no caso extremo dos menores abandonados.
 - (C) os cursos profissionalizantes têm melhor qualidade que os cursos convencionais.
 - (D) toda e qualquer inserção da criança no mercado de trabalho torna-la-á mais sociável.
 - (E) o trabalho, bem regulamentado e controlado, é vantajoso para os menores expostos à delinquência.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, expõem-se os ideais de educação pelos quais se regem aqueles que desejam compatibilizar iniciação profissional da criança e ensino básico.
- II. No segundo parágrafo, sugere-se que o acesso do menor trabalhador à educação suplementar deva ser obrigatório, tendo em vista o maior aperfeiçoamento intelectual da criança.
- III. No terceiro parágrafo, imputa-se à sociedade como um todo a responsabilidade pela criação de condições que permitam à criança dedicar-se exclusivamente às atividades escolares.

Em relação ao texto está correto APENAS o que se afirma em

- (A) II e III.
- (B) III.
- (C) I.
- (D) I e II.
- (E) II.

3. Representam-se uma **causa** e seu **efeito**, respectivamente, na relação estabelecida entre estes segmentos:

- (A) *A favor do trabalho infantil / estão aqueles que preferem evitar o mal maior (2º parágrafo).*
- (B) *Caberiam aos pais (...) / as providências para que se poupassem as crianças de qualquer outra atividade (3º parágrafo).*
- (C) *(...) A tragédia dos menores abandonados é de tal ordem / que faz pensar na abrangência das propostas de Darcy Ribeiro (4º parágrafo).*
- (D) *não é um retorno ao passado / é buscar atender as necessidades de um melhor futuro (4º parágrafo).*
- (E) *Para ele, trabalho não era opção para as crianças / o debate continua (1º parágrafo).*



4. Ao afirmar que Darcy Ribeiro *não admitiria a alternativa que está no título deste artigo*, o autor do texto deixa claro que, para esse grande e polêmico pensador,
- (A) uma opção não exclui a outra, já que o trabalho infantil não elimina a possibilidade de escolarização.
- (B) ambas as opções são irrealistas, uma vez que o moderno mercado de trabalho não absorve mão de obra infantil.
- (C) não há qualquer possibilidade de se considerarem argumentos favoráveis ao trabalho infantil.
- (D) a alternativa correta estaria em considerar primeiramente os “contras”, e só depois os “prós”.
- (E) não pode haver qualquer prevenção ao se pensar nas opções para tirar das ruas as crianças desassistidas.
-
5. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento em:
- (A) *Contra o trabalho infantil alinham-se* (3º parágrafo) = vão ao encontro do trabalho infantil.
- (B) *compromisso mínimo da educação* (3º Parágrafo) = menor envolvimento nas atividades escolares.
- (C) *não admitiria a alternativa* (1º parágrafo) = não viabilizaria a alternância.
- (D) *interdição do aproveitamento delas* (3º parágrafo) = proibição de que se as torne disponíveis.
- (E) *inviabilidade de qualquer outra solução imediata* (2º parágrafo) = indisponibilidade de um paliativo emergencial.
-
6. Há um **deslize** na concordância verbal da seguinte frase:
- (A) Será que cabe apenas aos governantes tomar medidas que impeçam a exploração profissional dos menores?
- (B) Destacam-se, entre os argumentos já levantados contra o trabalho infantil, os que defendeu Darcy Ribeiro.
- (C) Aos que não desejam alinhar-se contra o trabalho infantil resta combater em nome dos ideais de Darcy Ribeiro.
- (D) Sempre haverá, por esta ou aquela razão, os que defendem a inserção das crianças pobres no mercado de trabalho.
- (E) Não se devem abrir às crianças, sejam elas pobres ou não, a opção entre estudar ou trabalhar.
-
7. Trabalho infantil? Há quem considere o trabalho infantil uma excrecência social, mas há também quem veja no trabalho infantil uma saída para muitas crianças, porque atribui ao trabalho infantil a vantagem de representar a inserção dos menores carentes.
- Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) a ele considere - nele veja - atribui-no
- (B) o considere - nele veja - lhe atribui
- (C) o considere - lhe veja - o atribui
- (D) lhe considere - o veja - lhe atribui
- (E) lhe considere - lhe veja - lhe atribui
-
8. *Regulamentados por lei o horário máximo e as condições mínimas de adequação ao universo da criança, as empresas seriam encorajadas a admitir, treinar e a ajudar a desenvolver os pequenos trabalhadores, facilitando-lhes, inclusive, o acesso a uma educação suplementar: cursos profissionalizantes, estágios, atualizações etc.*
- Considerando-se a redação do texto acima, é correto afirmar que
- (A) o sinal de dois-pontos abre uma enumeração de elementos que particularizam o sentido de *educação suplementar*.
- (B) seria imprescindível o emprego de uma vírgula depois do vocábulo *atualizações*.
- (C) uma alternativa correta para a expressão *adequação ao universo* seria *habilitação do universo*.
- (D) na expressão *facilitando-lhes*, o pronome sublinhado refere-se tanto a *empresas* como a *pequenos trabalhadores*.
- (E) o termo *inclusive* está empregado com o sentido de **sobretudo** ou **sobremaneira**.
-
9. *Mas enquanto o sonho de Darcy não se torna realidade, o debate continua.*
- Os termos sublinhados exercem na frase acima a mesma função sintática do termo sublinhado em:
- (A) *Ainda que a escola não venha a suprir a necessidade (...)*
- (B) *A tragédia dos menores abandonados é de tal ordem (...)*
- (C) *Ainda temos muito a caminhar.*
- (D) *Para ele, trabalho não era opção para as crianças.*
- (E) *Caberiam aos pais as providências (...)*
-
10. Transpondo para a voz passiva a construção *Darcy Ribeiro (...) não admitiria a alternativa*, a forma verbal resultante será
- (A) fora admitida.
- (B) haveria de admitir.
- (C) teria sido admitida.
- (D) seria admitida.
- (E) teria admitido.



Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

Pelas ruas de Gênova, lá vamos nós

Durante os protestos contra o G-8 (grupo que abrange os sete países mais ricos do mundo mais a Rússia), reunido em Gênova, a imprensa europeia entrevistou políticos da esquerda oficial e veteranos de 1968. Vários aproveitaram a oportunidade para lamentar, nesses novos manifestantes, a falta de “verdadeiros” projetos de sociedade. “São carentes de propostas políticas, crescerão”, disse Mario Capanna, que foi líder do movimento estudantil de Milão em 68. Engraçado: sob a direção de Capanna, o movimento, na época, foi declaradamente stalinista. Se essa for a “proposta política” que falta, melhor que os “carentes” não cresçam mesmo.

Prefiro evitar as nostalgias e reconhecer que aos manifestantes de Gênova não falta nada. Ao contrário, graças à sua diversidade confusa ou mesmo atrapalhada, talvez eles representem, da melhor maneira possível, o estado de espírito de muitos que estão, hoje, social e politicamente insatisfeitos.

De fato, parece-me que poderia manifestar-me com cada um dos componentes dessa massa contestária. Os grupos diversos e, às vezes, opostos levaram pelas ruas de Gênova diferentes fragmentos de meus humores reformistas ou revoltados.

Olhe só. O resto de minhas esperanças socialistas desfila com a esquerda clássica italiana, em versão social-democrata. Identifico-me com os ecologistas puros e duros, mais preocupados com o planeta do que com as mazelas dos homens. Posso ter um coração caritativo, animado por paixões missionárias contra a fome e as doenças do mundo. E sobra-me uma raiva que deve valer a dos mais radicais movimentos anarquistas, de pedras na mão.

(Adaptado de Contardo Calligaris, **Terra de ninguém**)

11. No título do texto, inclui-se o autor entre os que seguem pelas ruas de Gênova: *lá vamos nós*. Tal inclusão deve-se ao fato de o autor

- (A) querer assumir sua clara objeção a todas as posições assumidas pelo G-8.
- (B) alinhar-se com a posição unanimemente assumida pelos manifestantes.
- (C) aderir à representativa pluralidade de posições dos jovens insatisfeitos.
- (D) ainda comungar com as velhas ideologias socialistas da esquerda clássica.
- (E) também discordar dos manifestantes, aos quais faltam propostas políticas.

12. Pode-se substituir, sem prejuízo para a correção e o sentido do texto, o segmento sublinhado em

- (A) sob a direção de Capanna o movimento (...) foi declaradamente stalinista por **em cuja direção**.
- (B) Ao contrário, graças à sua diversidade confusa por **em que pese a**.
- (C) E sobra-me uma raiva que deve valer a dos mais radicais movimentos por **talvez equivalha à**.
- (D) grupo que abrange os sete países mais ricos por **onde se abarcam**.
- (E) são carentes de propostas políticas por **imunes a**.

13. Tudo o que vem arrolado no último parágrafo do texto justifica e exemplifica uma afirmação anterior, na qual o autor

- (A) se diz identificado com as posições assumidas pelos veteranos de 68.
- (B) manifesta seu desejo de assumir posições políticas mais unificadas.
- (C) pretende evitar a assunção de posições políticas antigas e confusas.
- (D) compara os jovens reformistas e revoltados aos antigos stalinistas.
- (E) aproxima suas convicções fragmentárias das da massa contestária.

14. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O autor prefere que os “carentes” não cresçam mesmo (1º parágrafo) porque está supondo que **crescer**, naquela situação, poderia significar assumir propostas políticas rígidas, como as dos antigos stalinistas.
- II. Ao confessar *Prefiro evitar as nostalgias* (2º parágrafo), o autor demonstra não ter qualquer interesse em se identificar com as críticas do antigo líder estudantil Mario Capanna.
- III. A expressão *diversidade confusa* (2º parágrafo), aplicada aos manifestantes de Gênova, é reforçada no segmento *grupos diversos e, às vezes, opostos* (3º parágrafo).

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) III, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) I e II, somente.



15. O verbo indicado entre parênteses deverá adotar obrigatoriamente uma forma do **plural** para preencher com correção a lacuna da frase:
- (A) Não (**competir**) aos velhos políticos de esquerda avaliar com maior isenção as atitudes dos jovens contestadores?
- (B) (**estar**) nas teses confusas dos jovens manifestantes a razão mesma dos sentimentos de adesão e simpatia que o autor confessa ter por eles.
- (C) Estão sendo ditas muitas coisas e (**ter**) havido muitos protestos durante esses dias de manifestações, em Gênova.
- (D) (**faltar**) a todos esses jovens manifestantes, segundo os velhos líderes estudantis, maior solidez nas reivindicações políticas.
- (E) Não (**ocorrer**) ao ex-líder estudantil Mario Capanna, em seu pronunciamento, as lembranças de quando era um rígido stalinista?
-
16. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Ex-líder estudantil, conhecido por suas posições políticas inflexíveis, Mario Capanna fez vários pronunciamentos, a maioria desabonadores, sobre as manifestações desses jovens.
- (B) É bem possível, sugere o autor do texto, que o ex-líder estudantil Mario Capanna, tenha se pronunciado, de forma tão agressiva contra os jovens manifestantes, por conta de sua velha inflexibilidade política.
- (C) Faltariam a esses novos manifestantes, projetos de sociedade, na opinião do antigo líder estudantil milanez, Mario Capanna, até hoje lembrado, por suas posições stalinistas.
- (D) Mario Capanna – antigo líder estudantil, de orientação stalinista julga que os manifestantes de hoje carecem de maior clareza política – com o que não concorda o autor do texto.
- (E) Fica evidente no texto, que o autor não tem, e talvez nunca tenha tido simpatia pelas antigas posições stalinistas defendidas, com paixão, pelo então líder estudantil, Mario Capanna.
-
17. Está plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na seguinte frase:
- (A) Também eu, afirmou o autor, posso manifestar-me com cada um dos que compusessem essa massa contestária que desfila pelas ruas genovesas.
- (B) O autor deixou claro que há ecologistas cujas posições se caracterizariam pela rigidez e radicalismo com que fizessem suas reivindicações.
- (C) Enquanto se davam os protestos contra o G-8, a imprensa entrevistara políticos de esquerda cuja atuação marcou o ano de 1968.
- (D) Mario Capanna liderara o movimento estudantil e cobrava agora, dos jovens que se manifestavam, maior clareza nas posições políticas.
- (E) O antigo líder estudantil, que se caracterizou por uma posição stalinista, notara que os jovens manifestantes não assumissem novas propostas.
-
18. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Os restos de esperanças socialistas, por cujas o autor já demonstrara simpatia, misturam-se a outras convicções.
- (B) Os impulsos missionários, de que o autor não se mostra carente, poderiam levá-lo a combater a fome do mundo.
- (C) As propostas políticas, de cuja falta sentiu Mario Capanna, eram, na verdade, inúmeras e contrastantes.
- (D) As posições dos jovens manifestantes, das quais o autor se congratulou, eram as mais díspares possíveis.
- (E) As ruas de Gênova, aonde se fixaram grupos de manifestantes, ganharam uma nova animação.
-
19. Quanto ao emprego das formas verbais e ao tratamento pessoal, está plenamente correta a frase:
- (A) Queremos que Suas Excelências juntai-vos àquele grupo de manifestantes e depois dizei-nos o que achásseis.
- (B) Senhores, vão juntar-se àquele grupo de manifestantes e depois dizei-nos o que acharam.
- (C) Vai, junta-te àquele grupo de manifestantes e depois dize-me o que achaste.
- (D) Ide, juntem-se àquele grupo de manifestantes e depois dizei-me o que achastes.
- (E) Queremos que Vossas Senhorias vos junteis àquele grupo de manifestantes e depois digai-nos o que acharam.
-
20. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto.
- (A) Aqueles que julgam inconsequentes os jovens em sua posição política, deveriam de reconhecer que eles constituem nossa perplexidade moderna.
- (B) Foi riqueza, e não carência de propostas que o autor surpreendeu em meio a massa contestária de jovens, aos quais ele não deixou de se identificar.
- (C) Muitas vezes as velhas posições políticas se tornam tão rígidas que aquele que as defende costuma acusar nos demais não serem tão inflexíveis.
- (D) A falta de flexibilidade política de antigos líderes leva-os a posições tão radicais que sequer vislumbram a possível coerência de posições outras.
- (E) O autor achou preferível que, em vez de criticar a falta de projetos de sociedade naqueles jovens, a avaliar a pluralidade de suas posições.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Com relação ao Poder Executivo, o Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele NÃO participa como membro nato o

- (A) Ministro das Relações Exteriores.
- (B) Ministro do Planejamento.
- (C) Presidente do Senado Federal.
- (D) Presidente da Câmara dos Deputados.
- (E) Presidente do Supremo Tribunal Federal.

22. Em atenção à Ordem Econômica e Financeira, considere as assertivas abaixo.

- I. É assegurado, em regra, a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, dependentemente de autorização de órgãos públicos.
- II. O Presidente da República disciplinará, com base no interesse do Estado, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.
- III. O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.
- IV. Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

23. No tocante ao Poder Legislativo, compete privativamente à Câmara dos Deputados

- (A) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- (B) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- (C) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (D) processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- (E) processar e julgar o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

24. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete

- (A) dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal.
- (B) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- (C) sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- (D) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- (E) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados.

25. Sobre os princípios básicos da Administração Pública, considere:

- I. O princípio da publicidade é absoluto, no sentido de que todo ato administrativo, sem exceção, deve ser publicado.
- II. O princípio da impessoalidade tem dois sentidos: um relacionado à finalidade, no sentido de que ao administrador se impõe que só pratique o ato para o seu fim legal; outro, no sentido de excluir a promoção pessoal das autoridades ou servidores públicos sobre suas realizações administrativas.
- III. Por força do princípio da segurança jurídica não é possível retroagir interpretação de lei a casos já decididos com base em entendimento anterior.
- IV. A necessidade de institutos como a suplência, a delegação e a substituição para preencher as funções públicas temporariamente vagas, é consequência do princípio da eficiência.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

26. Sobre as entidades do Terceiro Setor é correto afirmar:

- (A) para que entidades privadas se habilitem como Organização Social têm que ter previsão no seu ato constitutivo, dentre outros requisitos, de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral.
- (B) as organizações sociais são definidas como pessoa jurídica de direito público.
- (C) as organizações da sociedade civil de interesse público só podem distribuir dividendos após cinco anos da sua criação.
- (D) as entidades qualificadas como organizações sociais não estão obrigadas a realizar licitação para obras, compras, serviços e alienações, relativamente aos recursos por ela administrados, oriundos de repasses da União.
- (E) classificam-se como terceiro setor, dentre outras, as autarquias, as organizações sociais e as empresas públicas.



27. Em relação aos princípios constantes da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993), é INCORRETO afirmar que
- à Administração é vedado descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada.
 - cumprido ao agente da Administração e ao licitante respeitar os princípios da moralidade e da probidade administrativa, dentre outros.
 - o princípio da legalidade visa garantir que a licitação seja decidida de acordo com o Direito, não se admitindo interpretação que torne inútil a finalidade buscada pela norma.
 - o princípio da publicidade visa garantir a qualquer interessado as faculdades de participação e fiscalização dos atos da licitação.
 - o princípio da impessoalidade impõe vedação a distinções fundadas em caracteres pessoais dos interessados.
28. Aberta licitação para compra de materiais de construção, se não acudirem interessados, a autoridade competente
- pode dispensar a licitação se esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições pre-estabelecidas.
 - deve declarar frustrada a licitação, ficando proibida de efetuar a compra e impedida de repetir o certame pelo prazo de seis meses.
 - pode dispensar a licitação se esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, modificando as condições para atrair interessados.
 - deve, em qualquer situação, promover a nova licitação, dando maior divulgação ao edital.
 - pode, em qualquer situação, dispensar a licitação, mantidas as condições pre-estabelecidas.
29. A anulação do ato administrativo
- se feita pela Administração, depende de provocação.
 - pode ser feita por conveniência e oportunidade.
 - só pode ser feita pela própria Administração.
 - só pode ser feita pelo Poder Judiciário.
 - produz efeitos retroativos à data em que foi emitido.
30. O limite do ato administrativo discricionário é
- a oportunidade.
 - a determinação verbal da autoridade superior.
 - a consciência da autoridade.
 - a lei.
 - a conveniência.
31. Em relação às regras observadas na fase externa do pregão (Lei nº 10.520/2002), é INCORRETO afirmar que:
- no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
 - se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, será determinada nova convocação dos interessados, por meio de publicação de aviso em diário oficial ou, não existindo, em jornal de circulação local.
 - encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.
 - o prazo fixado para a apresentação das propostas não será inferior a oito dias úteis, contado a partir da publicação do aviso.
 - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões do recurso.
32. A fase externa do pregão presencial (Lei nº 10.520/2002) é iniciada
- pela sessão em que os interessados ou seus representantes apresentam declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregam os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos.
 - pela abertura dos envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos e verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.
 - com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso.
 - pela sessão pública realizada para recebimento das propostas apresentadas pelos interessados.
 - pela comprovação, pelos interessados, da existência dos poderes necessários para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
33. De acordo com a Lei nº 8.666/93, no processo de licitação deve ser observado, dentre outros, o seguinte procedimento:
- os documentos e propostas serão rubricados apenas pelos membros da Comissão.
 - o julgamento e classificação das propostas serão feitos de acordo com os critérios estabelecidos pela Comissão na sessão pública de abertura dos envelopes.
 - os envelopes dos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, serão arquivados no órgão que realizou a licitação e mantidos pelo prazo de cinco anos, devendo ser inutilizados após esse prazo.
 - os envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados serão abertos depois da abertura e apreciação dos envelopes relativos à habilitação dos concorrentes e da devolução dos envelopes dos concorrentes inabilitados.
 - a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação será feita em local fechado, com a presença apenas dos membros da Comissão, e a dos envelopes contendo as propostas será feita em ato público previamente designado.



34. A respeito do pregão eletrônico (Decreto nº 5.450/2005), considere as assertivas abaixo.

- I. A licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, é condicionada aos princípios básicos da legitimidade, imparcialidade e racionalidade, bem como ao princípio correlato da publicidade.
- II. A licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, não se aplica às contratações de obras de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral.
- III. Se o valor estimado para contratação não ultrapassar R\$ 650,000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), a fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso no Diário Oficial da União, na internet e em jornal de grande circulação local.
- IV. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação do ato convocatório do pregão, na forma eletrônica, no prazo de até quarenta e oito horas.
- V. Para habilitação dos licitantes interessados em participar do pregão, na forma eletrônica, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) II.
- (C) II e V.
- (D) IV.
- (E) II e IV.

35. Em relação aos Cargos Públicos, estabelece a Lei nº 8.112/90, que

- (A) dentre os requisitos para a sua investidura, exige-se a idade mínima de dezesseis anos.
- (B) a investidura ocorrerá com o exercício na função.
- (C) são criados por lei, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.
- (D) não haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.
- (E) dentre as formas para o seu provimento está a transferência e a ascensão.

36. Quanto ao Estatuto de Ética Profissional dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da Sétima Região, criado pela Resolução nº 75/09, é INCORRETO que

- (A) a Comissão de Ética escolherá o presidente, o vice-presidente e o secretário na primeira reunião.
- (B) é irrecusável a prestação de informações por parte de servidor convocado pela Comissão de Ética, sob pena de abertura de sindicância ou instauração de processo administrativo disciplinar, nos termos da Lei nº 8.112/90.
- (C) o investigado terá o prazo de quinze dias para formalizar suas alegações finais e indicar as provas que pretende produzir, contados a partir da formação da culpa.
- (D) o servidor, ao tomar posse, deverá ser cientificado do presente Estatuto e assumir o compromisso formal de sua observância.
- (E) os servidores que tenham sido condenados Penal ou Administrativamente ficam impedidos de compor a Comissão de Ética.

37. Quanto ao recurso administrativo previsto na Lei nº 9.784/99, é INCORRETO que

- (A) salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.
- (B) o recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- (C) interposto o recurso, o órgão competente para dele conhecer deverá intimar os demais interessados para que, no prazo de cinco dias úteis, apresentem alegações.
- (D) salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- (E) a interposição de recurso administrativo dependerá, em qualquer hipótese, da apresentação de caução idônea, real e pessoal.

38. Nos termos da Lei nº 8.112/90, relativamente ao vencimento e à remuneração do servidor público, considere:

- I. Vencimento é a remuneração do cargo efetivo ou em comissão, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes ou variáveis estabelecidas em lei.
- II. A remuneração ou o vencimento do cargo efetivo ou em comissão, é redutível nos termos da lei.
- III. O vencimento não será objeto de arresto, sequestro ou penhora, ainda que nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.
- IV. Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.
- V. O servidor em débito com o erário que tiver sua disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) IV e V.
- (D) III e IV.
- (E) I e V.



<p>39. Em tema de processo administrativo (Lei nº 9.784/99), considere:</p> <p>I. O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.</p> <p>II. Não será permitida, em qualquer hipótese, a avocação de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior, ainda que temporária.</p> <p>III. O desatendimento da intimação para o processo importa o reconhecimento da verdade dos fatos, bem como a renúncia a direito pelo administrado.</p> <p>IV. O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.</p> <p>V. O interessado não poderá desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II, IV e V. (B) I e IV. (C) I, II e V. (D) II e III. (E) III e IV.</p>	<p>43. Na sociedade limitada, será tomada pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, a deliberação dos sócios referente à</p> <p>(A) nomeação dos liquidantes. (B) destituição dos liquidantes. (C) dissolução da sociedade. (D) aprovação das contas da administração. (E) destituição dos administradores.</p>
<p>40. Dentre outros, constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, sujeito o autor ainda a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por cinco a oito anos e multa civil de até duas vezes o valor do dano,</p> <p>(A) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo. (B) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício. (C) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência. (D) agir negligentemente na arrecadação do tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público. (E) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.</p>	<p>44. Nas obrigações solidárias, no que concerne à solidariedade passiva, é correto afirmar:</p> <p>(A) se o credor receber de um dos devedores o pagamento parcial da dívida, os demais devedores ficarão desobrigados do pagamento do restante. (B) impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente, mas pelas perdas e danos só responde o culpado. (C) se a ação tiver sido proposta somente contra um dos devedores solidários, os demais não respondem pelos juros de mora. (D) importa em renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores. (E) se o credor exonerar da solidariedade um ou mais devedores, não subsistirá a dos demais.</p>
<p>41. As associações</p> <p>(A) jamais poderão ter fins lucrativos. (B) poderão, quando comerciais, ter fins lucrativos. (C) só não poderão ter fins lucrativos se constituídas também para fins morais. (D) poderão ter fins lucrativos se constituídas também para fins religiosos. (E) poderão ter fins lucrativos se constituídas também para fins políticos.</p>	<p>45. A respeito da responsabilidade civil, considere:</p> <p>I. A concorrência culposa da vítima para o evento danoso não altera o montante da indenização devida, pois no Direito Civil não há compensação de culpas. II. Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz. III. O direito de exigir a reparação é personalíssimo e, se não exercido em vida, não se transmite com a herança.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III. (B) II. (C) I. (D) I e II. (E) I e III.</p>
<p>42. A respeito da novação, pode-se afirmar que</p> <p>(A) a novação por substituição do devedor não pode ser efetuada independentemente do consentimento deste. (B) se o novo devedor for insolvente, não tem o credor, que o aceitou, ação regressiva contra o primeiro, mesmo se este obteve por má-fé a substituição. (C) não podem ser objeto de novação as obrigações anuláveis. (D) importa exoneração do fiador a novação feita sem o seu consentimento com o devedor principal. (E) a novação jamais extingue os acessórios e garantias da dívida.</p>	<p>46. No que concerne à jurisdição e à ação, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei. (B) o interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência ou da inexistência de relação jurídica. (C) ocorrendo violação do direito não é admissível a ação declaratória. (D) para propor ou contestar a ação é necessário ter legitimidade e interesse. (E) nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e forma legais.</p>



47. No que se refere à audiência de instrução e julgamento, de acordo com o Código de Processo Civil, é certo que
- (A) a audiência poderá ser adiada se não puder comparecer, por motivo justificado, o advogado de uma das partes, que deverá provar o impedimento no prazo máximo de quarenta e oito horas antes da abertura da audiência.
 - (B) o Juiz não poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado não compareceu à audiência.
 - (C) o juiz tomará os depoimentos pessoais das partes, primeiro do réu e depois do autor.
 - (D) a audiência poderá ser adiada por convenção das partes, caso em que só será admissível por duas vezes.
 - (E) o perito prestará os esclarecimentos antes da oitiva dos depoimentos pessoais das partes e das testemunhas arroladas.
48. Vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir a outra parte, por meio do denominado Recurso Adesivo que
- (A) será conhecido se o recurso principal for julgado deserto.
 - (B) não será conhecido, se houver desistência do recurso principal.
 - (C) não se submete às mesmas regras do recurso independente, quanto às condições de admissibilidade, preparo e julgamento no tribunal superior.
 - (D) será interposto perante a autoridade competente para admitir o recurso principal, no prazo de cinco dias após o decurso do prazo para resposta ao recurso principal.
 - (E) será admissível na apelação, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário, no recurso especial e no agravo de instrumento.
49. Considere as assertivas abaixo sobre o Juiz.
- I. No julgamento da lide caber-lhe-á aplicar as normas legais e, não as havendo, recorrerá à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.
 - II. O juiz poderá indeferir delongas requeridas pelas partes, quando inúteis ou meramente protelatórias.
 - III. O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.
 - IV. O juiz, titular ou substituto, que concluir a audiência, ainda que estiver promovido, julgará a lide.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e IV.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I, III e IV.
50. O despacho que ordenar a citação se prolatado por juiz
- (A) competente, constitui em mora o devedor e suspende a prescrição.
 - (B) competente ou incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.
 - (C) incompetente, constitui em mora o devedor mas não interrompe a prescrição.
 - (D) competente, não constitui em mora o devedor mas suspende a prescrição.
 - (E) incompetente, constitui em mora o devedor e suspende prescrição.
51. Joana labora sete horas diárias; sua irmã Margarida labora seis horas diárias; e seu irmão Douglas labora cinco horas diárias. Neste caso, para Joana, Margarida e Douglas é obrigatório a concessão de intervalo intrajornada de, no mínimo,
- (A) sessenta minutos.
 - (B) quinze minutos.
 - (C) sessenta, quinze e quinze minutos, respectivamente.
 - (D) sessenta, trinta e quinze minutos, respectivamente.
 - (E) sessenta, quinze e dez minutos, respectivamente.
52. A ocorrência de justa causa no decorrer do prazo do aviso prévio dado pelo empregador
- (A) retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória, inclusive na hipótese de abandono de emprego.
 - (B) retira do empregado o direito apenas de algumas verbas rescisórias de natureza indenizatória especificadas em lei, salvo na hipótese de abandono de emprego.
 - (C) não retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória, salvo na hipótese de abandono de emprego.
 - (D) não retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória, inclusive na hipótese de abandono de emprego.
 - (E) retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória, salvo na hipótese de abandono de emprego.
53. Considere as assertivas abaixo a respeito do empregado rural.
- I. O empregado rural que labora na lavoura possui o horário noturno de trabalho das vinte horas de um dia às quatro horas do dia seguinte.
 - II. As férias do rurícola são de trinta dias úteis, havendo norma legal específica neste sentido.
 - III. É devido a licença maternidade, com duração de cento e vinte dias, à trabalhadora rural.
 - IV. O empregado rural possui direito ao salário-família em igualdade de condições com o trabalhador urbano.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) I e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) II, III e IV.



<p>54. Com relação ao repouso semanal remunerado é correto afirmar:</p> <p>(A) a gratificação por tempo de serviço, paga mensalmente, por força de normas coletivas, repercute no cálculo do repouso semanal remunerado.</p> <p>(B) é indevida a remuneração do repouso semanal remunerado dos dias feriados ao empregado comissionista, exceto se praticista.</p> <p>(C) os adicionais de insalubridade e periculosidade não incidem no cálculo do repouso semanal remunerado.</p> <p>(D) as gorjetas servem de base de cálculo para o repouso semanal remunerado, uma vez que não estão incluídas automaticamente em seu pagamento.</p> <p>(E) a gratificação de produtividade, paga mensalmente, por força de contrato de trabalho, repercute no cálculo do repouso semanal remunerado.</p>	<p>57. Com relação ao Agravo de Instrumento é correto afirmar:</p> <p>(A) Não caberá Agravo de Instrumento contra despacho que denegar o seguimento de Agravo de Petição.</p> <p>(B) É vedado ao agravado efetuar o traslado de peças essenciais.</p> <p>(C) É cabível Agravo de Instrumento quanto ao despacho denegatório de Embargos à Execução.</p> <p>(D) A juntada ao Agravo de Instrumento das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado é facultativa.</p> <p>(E) A cópia da petição inicial deverá ser obrigatoriamente juntada ao agravo de instrumento.</p>
<p>55. Estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento</p> <p>(A) têm direito ao pagamento apenas de uma hora como extra, acrescida de, no mínimo, 50% sobre o valor da hora normal de trabalho.</p> <p>(B) não têm direito ao pagamento das sétima e oitava horas como extras.</p> <p>(C) têm direito ao pagamento das sétima e oitava horas como extras, acrescidas de, no mínimo, 60% sobre o valor da hora normal de trabalho.</p> <p>(D) têm direito ao pagamento das sétima e oitava horas como extras, acrescidas de, no mínimo, 50% sobre o valor da hora normal de trabalho.</p> <p>(E) têm direito ao pagamento das sétima e oitava horas como extras, acrescidas de, no mínimo, 25% sobre o valor da hora normal de trabalho.</p>	<p>58. Considere:</p> <p>I. Decisão de arquivamento dos autos em decorrência do não comparecimento do reclamante à audiência.</p> <p>II. Decisão que indeferir a petição inicial por vício irremediável.</p> <p>III. Decisão que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para o Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.</p> <p>Caberá recurso ordinário nas hipóteses indicadas em</p> <p>(A) II, apenas.</p> <p>(B) III, apenas.</p> <p>(C) I e II, apenas.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) II e III, apenas.</p>
<p>56. Considere as assertivas abaixo a respeito da composição dos Tribunais Regionais do Trabalho.</p> <p>I. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, onze juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região.</p> <p>II. Os membros dos Tribunais Regionais do Trabalho serão nomeados pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.</p> <p>III. Um quinto dos membros dos Tribunais Regionais do Trabalho serão nomeados dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.</p> <p>IV. Um quinto dos membros dos Tribunais Regionais do Trabalho serão nomeados dentre membros do Ministério Público do Trabalho com mais de cinco anos de efetivo exercício.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) I e III.</p>	<p>59. O ônus da prova do pagamento das horas extras dos feriados trabalhados de maneira dobrada; do fato modificativo da equiparação salarial; da ausência da concessão de intervalo intrajornada; e do requerimento do vale-transporte é, em regra, respectivamente, do</p> <p>(A) empregado, empregado, empregador e empregado.</p> <p>(B) empregador, empregador, empregado e empregado.</p> <p>(C) empregador, empregador, empregado, e empregador.</p> <p>(D) empregador, empregado, empregado e empregado.</p> <p>(E) empregador, empregado, empregador e empregado.</p> <p>60. É obrigatório o recolhimento de custas na Justiça do Trabalho para</p> <p>(A) o Ministério Público do Trabalho.</p> <p>(B) os Municípios.</p> <p>(C) as autarquias públicas distritais que não explorem a atividade econômica.</p> <p>(D) as fundações públicas federais que não explorem a atividade econômica.</p> <p>(E) as fundações públicas municipais que não explorem a atividade econômica.</p>